



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
 ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
 REGISTRADO(A) SOB Nº

ACÓRDÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0003613-06.2003.8.26.0428, da Comarca de Campinas, em que é apelante/apelado IGREJA BATISTA CENTRAL DE PAULINIA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados/apelantes COMPANHIA DE SEGUROS MINAS BRASIL S/A e MAGALY THEREZINHA URBANO ALBERTI (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA SEGURADORA E DA RÉ E NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA. V.U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente sem voto), REINALDO CALDAS E RENATO SARTORELLI.

São Paulo, 19 de dezembro de 2012.

ANTONIO NASCIMENTO
 RELATOR

204



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

26ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação Com Revisão nº 0003613-06.2003.8.26.0428

1ª Vara Cível da Comarca de Paulínia/SP

Apelantes/Apelados: IGREJA BATISTA CENTRAL DE PAULÍNIA,
COMPANHIA DE SEGUROS MINAS BRASIL S/A e MAGALY THEREZINHA
URBANO ALBERTI

MM. Juíza de Direito: Drª BÁRBARA CAROLA HINDERBERGER CARDOSO
DE ALMEIDA

Voto nº 8252

ACIDENTE DE TRÂNSITO – CULPA DO
PREPOSTO DA RÉ DEMONSTRADA - SENTENÇA
PENAL CONDENATÓRIA – RESPONSABILIDADE
DE INDENIZAR. Não mais se questiona sobre a
existência do fato ou sobre quem seja o seu autor se
essas questões se acharem categoricamente
decididas no juízo criminal - Denúnciação à lide da
seguradora - Danos morais abrangidos pela
cobertura securitária - Ônus sucumbenciais da
denúnciação, por conta da litisdenúnciação.
RECURSOS DA SEGURADORA E DA
REQUERIDA PARCIALMENTE PROVIDOS E
IMPROVIDO O DA AUTORA.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

26ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação Com Revisão nº 0003613-06.2003.8.26.0428

A sentença de fls. 335/344 julgou parcialmente procedente a presente ação de indenização, ajuizada por Magaly Therezinha Urbano Alberti contra Igreja Batista Central de Paulínia, condenando esta a pagar àquela, a título de danos morais, a importância de R\$ 200.000,00. Condenou, ainda, a litisdenunciada a indenizar a litisdenunciante no montante da condenação. Em consequência, condenou a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, abstendo, todavia, à mingua de resistência da litisdenunciada, a condená-la nas verbas de sucumbência. Após, foram rejeitados embargos de declaração opostos pela seguradora (fl. 384).

Inconformadas, as partes recorrem.

A ré pleiteia a exclusão de sua culpa pelo acidente, ou, então, o reconhecimento da concorrência de culpas, com a redução do valor da indenização, a exclusão da condenação em honorários advocatícios, e a condenação da litisdenunciada nas verbas sucumbenciais (fls. 349/371).

A autora recorre, pleiteando a majoração do valor da condenação (fls. 378/381).



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

26ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação Com Revisão nº 0003613-06.2003.8.26.0428

A seguradora, **Companhia de Seguros Minas Brasil**, requer, por sua vez, o afastamento de sua obrigação de indenizar os danos morais, pois inexistente previsão, a esse teor, na apólice, postulando, ainda, subsidiariamente, a redução do valor da condenação e a fixação de sua responsabilidade nos limites da apólice (fls. 389/396).

Recursos recebidos, processados e contrarrazoados (fls. 401/403, 406/412 e 413/419).

É o relatório.


Sustenta a autora, **Magaly Therezinha Urbano Alberti**, que em 24/9/2000, por volta de 8h30min, seu marido, **Oscar Antonio Alberti**, transitava com seu veículo marca Fiat, modelo Uno, placa AGL 0854, pela Av. José Paulino, na cidade de Paulínia/SP, e, no cruzamento com a Avenida dos Pioneiros, veio a ser colhido pelo ônibus Mercedes Benz, modelo C 364 13 R, placa BWS 4656, de propriedade da requerida, cujo condutor, que transitava em sentido contrário, convergiu à esquerda, sem as devidas cautelas, acabou colidindo com o veículo da vítima, causando-lhe a morte.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação Com Revisão nº 0003613-06.2003.8.26.0428

Depreende-se dos autos, mormente à luz do Boletim de Ocorrência, que o veículo Fiat/Uno era dirigido, no sentido do centro, pela Av. José Paulino, e, no cruzamento com a Av. dos Pioneiros, colidiu com o ônibus, que trafegava, no sentido do bairro, pela Av. José Paulino, objetivando seu condutor realizar conversão à esquerda para adentrar na Av. dos Pioneiros (fl. 11).

O condutor do veículo pertencente à requerida foi condenado na ação criminal proposta pelo Ministério Público, nos termos do art. 302, § único, da Lei Federal 9.503/97, cumulado com o art. 70 do Código Penal, à pena de 03 (três) anos, 01 (um) mês e 10 (dez) dias de detenção, cumulativamente com a proibição de obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículos automotores pelo prazo de 1 ano (fls. 41/50). 

Desta forma, incide na presente hipótese o art. 935 do Cód. Civil, segundo o qual, *"a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no julzo criminal."*



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

26ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação Com Revisão nº 0003613-06.2003.8.26.0428

Nestes termos, não mais se poderá questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, se essas questões se acharem categoricamente decididas no juízo criminal. E vale lembrar que a acionada não comprovou eventual reforma do provimento jurisdicional criminal. Sendo assim, a culpa do condutor do ônibus foi manifesta, emergindo o dever de indenizar os danos sofridos pela autora.

Diante desse quadro, reconhecida na hipótese em estudo a existência de dano moral em prol da autora, resta a análise do respectivo valor do ressarcimento aplicado na decisão recorrida.

Levando-se em consideração a culpa exclusiva do preposto da requerida pelo acidente, bem como a gravidade e extensão do dano, com a morte do esposo da autora, não merece reparo o édito monocrático ao fixar em R\$ 200.000,00 a indenização por dano moral, pois se trata de importância razoável e suficiente para servir de conforto à ofendida, não ensejando o enriquecimento sem causa da ofendida.

No tocante à questão da responsabilidade da seguradora, Companhia de Seguros Minas-Brasil, pelo pagamento da indenização, verifica-se que o ajuste celebrado entre ela e a ré prevê, caso ocorra



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

26ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação Com Revisão nº 0003613-06.2003.8.26.0428

o sinistro, o pagamento R\$ 50.000,00 a título de danos materiais, e R\$ 200.000,00 à guisa de danos pessoais. E não há na apólice, ao contrário do que alega a seguradora, cláusula expressa afastando a cobertura por danos morais.

Além do mais, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça já decidiu que o conceito de danos pessoais, ou corporais, engloba aqueles descritos como danos morais:

"AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - ACIDENTE DE TRÂNSITO - INDENIZAÇÃO - SEGURO - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - NÃO OCORRÊNCIA - SEGURADORA - DEVER DE INDENIZAR - CARACTERIZAÇÃO - DANOS CORPORAIS QUE COMPREENDEM OS DANOS MORAIS - AGRAVO IMPROVIDO. ... cumpre anotar que esta Corte já decidiu que os danos corporais compreendem os danos morais, pois "a saúde corporal deve ser entendida como o estado do indivíduo em que as funções físicas e mentais se acham em situação de normalidade e equilíbrio, não se podendo apartar do dano corporal

Handwritten signature/initials.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

26ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação Com Revisão nº 0003613-06.2003.8.26.0428

*tal como do dano pessoal, aquele decorrente do sofrimento mental e da angústia da vítima."*¹

Assim, havendo previsão contratual de cobertura para danos pessoais a terceiros, responde o litisdenunciado também pelos danos morais, até o limite do valor previsto na apólice contratada pela ré.

No mais, reza a Súmula 402 do Superior Tribunal de Justiça, que *o contrato de seguro por danos pessoais compreende danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão*", o que não ocorre no caso concreto.

Assim, como houve resistência à denunciação da lide, com apresentação de contestação pela seguradora (fls. 143/158), ela deverá arcar com as custas despendidas pela denunciante, além de honorários advocatícios, fixados em 10% sobre a valor da condenação da denunciação.

Não se pode olvidar que nos termos da Súmula 481 do STJ, *faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com*

¹ STJ - 4ª Turma, AgRg no Ag 935821/MG - Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior J. 17/3/2008.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

26ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação Com Revisão nº 0003613-06.2003.8.26.0428

ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encaegos processuais."

Ora, na espécie, a ré, pessoa jurídica, não se desincumbiu, a contento, do ônus de comprovar a sua impossibilidade de arcar com o custo do processo por não possuir suficientes recursos para tanto.

Desta forma, os honorários advocatícios decorrem da condenação da requerida, nos termos do art. 21, § único do CPC.

Por fim, não há solidariedade entre denunciante e denunciada, podendo a execução da sentença prosseguir contra ambos ou qualquer deles², permanecendo, destarte, a responsabilidade da ré pelo pagamento da condenação.

Assim, a r. sentença deve ser parcialmente reformada, para o fim de julgar procedente à denunciação à lide, condenando-se a denunciada a pagar à denunciante o valor da condenação, nos termos da apólice, além das custas processuais da lide secundária e honorários

²STJ – Ag.Rg. no REsp. nº792.753/RS – Rel. Min. Aldir Passarinho Junior – J. 01/06/2010.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

26ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação Com Revisão nº 0003613-06.2003.8.26.0428

advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação da denunciação.
Quanto aos demais aspectos, o provimento jurisdicional fica mantido.

Postas essas premissas, dá-se parcial
provimento ao recurso da seguradora e da requerida e nega-se provimento ao
recurso da autora, nos termos acima expostos.

Antonio (Benedito do) Nascimento
RELATOR